

Demonstrações Financeiras

Cemig Baguari Energia S.A.

31 de dezembro de 2020

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS	4
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS.....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	7
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
1. CONTEXTO OPERACIONAL	10
2. BASE DE PREPARAÇÃO	10
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	13
4. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL.....	13
5. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14
6. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	15
7. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	15
8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	15
9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	16
10. ATAQUE CIBERNÉTICO.....	18
RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL.....	19

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020

Senhores Acionistas,

A Cemig Baguari Energia S.A. (“Companhia” ou “Cemig Baguari”) submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2020 era de R\$356.000, dividido em 356.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pertencentes à Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Baguari é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais e municipais e à Administração da Cemig.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em reais)

ATIVO

	Nota	2020	2019
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	58.898	20.440
Tributos compensáveis		523	542
TOTAL DO CIRCULANTE		59.421	20.982
NÃO CIRCULANTE			
Direito de uso	4	74.496	-
Transações com partes relacionadas	8	27	27
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		74.523	27
ATIVO TOTAL		133.944	21.009

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em reais)

PASSIVO

	Nota	2020	2019
CIRCULANTE			
Fornecedores		1.806	1.673
Impostos, taxas e contribuições		313	313
Passivo de arrendamento	4	9.336	-
Transações com partes relacionadas	8	270	270
TOTAL DO CIRCULANTE		11.725	2.256
NÃO CIRCULANTE			
Passivo de arrendamento	4	67.241	-
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		67.241	-
TOTAL DO PASSIVO		78.966	2.256
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	5	356.000	306.000
Prejuízos acumulados		(301.022)	(287.247)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		54.978	18.753
PASSIVO TOTAL		133.944	21.009

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em reais)

	NOTA	2020	2019
CUSTOS OPERACIONAIS			
Amortização		(2.252)	-
		(2.252)	-
DESPESAS OPERACIONAIS	6		
Serviços de terceiros		(1.997)	(1.394)
Outros		(2.520)	(2.790)
		(4.517)	(4.184)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(6.769)	(4.184)
Receitas financeiras	7	899	915
Despesas financeiras	7	(7.786)	(5)
Resultado antes dos impostos		(13.656)	(3.274)
Imposto de renda e contribuição social		(119)	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(13.775)	(3.274)
PREJUÍZO LÍQUIDO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$		(13.775)	(3.274)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em reais)

	2020	2019
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(13.775)	(3.274)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>(13.775)</u>	<u>(3.274)</u>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	306.000	(283.973)	22.027
Prejuízo do exercício	-	(3.274)	(3.274)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	306.000	(287.247)	18.753
Aumento de capital	50.000	-	50.000
Prejuízo do exercício	-	(13.775)	(13.775)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	356.000	(301.022)	54.978

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em reais)

	2020	2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do exercício	(13.775)	(3.274)
Ajustes por:		
Amortização	2.431	-
Juros passivo de arrendamento	7.786	-
	(3.558)	(3.274)
(Aumento) Redução de ativos		
Tributos compensáveis	19	(240)
	19	(240)
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores	133	(1.256)
Impostos, taxas e contribuições	-	(8)
Imposto de renda e contribuição social	-	10
	133	(1.254)
Caixa consumido pelas atividades operacionais	(3.406)	(4.768)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(10)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(3.406)	(4.778)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital	50.000	-
Arrendamentos pagos	(8.136)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	41.864	-
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	38.458	(4.778)
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	20.440	25.218
Caixa e Equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	58.898	20.440
	38.458	(4.778)

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Baguari Energia S.A. (“Companhia” ou “Cemig Baguari”), sociedade de propósito específico – SPE, de capital fechado, foi constituída em 11 de julho de 2006 pela Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT” ou “Controladora”), na forma de subsidiária integral, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 9º andar ala B1, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30.190-131.

A Companhia tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica em regime de produção independente e a participação em outras sociedades ou consórcios que tenham por finalidade a produção e a comercialização de energia elétrica, em futuros empreendimentos.

A Companhia vem incorrendo em prejuízos operacionais e conta com o suporte de recursos de sua controladora. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas sob o pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

A Companhia não teve operação nos anos de 2020 e 2019.

Covid-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (“OMS”) declarou como pandemia a situação de disseminação da Covid-19, reforçando as recomendações de medidas restritivas como estratégia de combate ao vírus, em nível mundial. Essas medidas, consubstanciadas, principalmente, no distanciamento social, impactaram negativamente muitas entidades, afetando seus processos de produção, interrompendo suas cadeias de suprimentos, causando escassez de mão de obra e fechamento de lojas e instalações.

Para mitigação dos impactos da crise econômica, a Companhia foi diligente no sentido de proteger sua liquidez, implementando ações de contingenciamento de investimentos e redução de despesas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não foram observados impactos significativos da pandemia na situação patrimonial da Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias às demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 27 de abril de 2021, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

2.2 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

A Companhia avaliou a aplicação pela primeira vez de determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após esta data. As principais alterações estão descritas a seguir:

CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis

Alinham a definição de “omissão material” e “distorção material” e esclarecem alguns aspectos desta definição. Essas alterações não têm um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 – Instrumentos financeiros

“Reforma da Taxa de juros de Referência”: As revisões ao CPC 38 e CPC 48 proporcionam uma série de mitigações, que se aplicam à relação de proteção que é diretamente impactada pela reforma de taxa de juros de referência. A relação de proteção é impactada se a reforma causa incertezas sobre o momento e/ou o montante do fluxo de caixa baseados na taxa de juros de referência do item protegido ou do instrumento de *hedge*. As demonstrações financeiras da Companhia não foram impactadas por essas alterações.

CPC 06 (R2) - Arrendamentos

Concede a opção aos arrendatários de não aplicar o guia do CPC 06 (R2) para contabilização de modificações de contrato que decorrem de benefícios relacionados à pandemia Covid-19. Como expediente prático, o arrendatário poderá optar por não avaliar se uma concessão de benefício decorrente da pandemia Covid-19 é uma modificação de contrato. O arrendatário que fizer essa opção, deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido de acordo com as regras previstas no CPC 06 (R2) para mudanças que não são consideradas modificação do contrato de arrendamento. As demonstrações financeiras da Companhia não sofreram impactos em razão dessa alteração.

Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

A Estrutura Conceitual não é um pronunciamento propriamente dito e os seus conceitos não se sobrepõem àqueles previstos nos pronunciamentos emitidos pelo CPC e IASB. O objetivo da Estrutura Conceitual é auxiliar no desenvolvimento de pronunciamentos, orientar os preparadores de demonstrações financeiras a desenvolver políticas contábeis consistentes quando não houver nenhum pronunciamento aplicável, além de assistir todas as partes no entendimento e interpretação dos pronunciamentos. Essas alterações impactarão as entidades que desenvolvem suas políticas contábeis com base na Estrutura conceitual, cuja revisão inclui alguns novos conceitos, definições e critérios de reconhecimento para ativos e passivos, além de esclarecer algumas questões importantes. Essas alterações não impactam as demonstrações financeiras da Companhia.

2.6 Principais práticas contábeis

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

a) Imposto de renda e contribuição social

Corrente

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas.

Diferido

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

b) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias e juros do passivo de arrendamento.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2020	2019
Contas bancárias	58.898	1.255
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósito Bancário - CDBs	-	19.185
Total	58.898	20.440

As aplicações financeiras correspondem às operações contratadas em instituições financeiras. Todas as operações são de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. A Companhia não possuía saldos de aplicações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

4. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia avaliou os seus contratos e reconheceu um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento para os seguintes contratos que contém arrendamento:

a) **Direito de uso**

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A composição do saldo por classe de ativo identificado é como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Imóveis	74.496	-
	74.496	-

A amortização do ativo de direito de uso, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foi de 2.431.

b) Passivo de arrendamentos

O passivo de arrendamentos reconhecido foi mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental do Grupo Cemig.

A movimentação do passivo de arrendamentos é como segue:

Adição	76.927
Juros incorridos	7.786
Pagamentos efetuados	(8.136)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	76.577
Passivo circulante	9.336
Passivo não circulante	67.241

As taxas de desconto foram obtidas com referência à taxa de empréstimo incremental das empresas do Grupo Cemig, baseada nas dívidas contratadas e em cotações junto a instituições financeiras, e refletem o risco de crédito da Companhia e condições de mercado na data da contratação, conforme segue.

Taxa incremental aplicada	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Adoção inicial		
Até 2 anos	7,96	0,64
De 3 a 5 anos	10,64	0,85
De 6 a 20 anos	13,17	1,04
Contratos celebrados em 2019 e 2020		
Até 3 anos	6,87	0,56
De 3 a 4 anos	7,33	0,59
De 4 a 20 anos	8,08	0,65

A análise de vencimento do passivo de arrendamento bruto está demonstrada na nota explicativa nº 9.

5. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2020 era de R\$356.000 (R\$306.000 em 2019), dividido em 356.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (306.000 mil ações em 2019), pertencentes à Cemig GT.

Aumento de capital

O aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$50.000, com a consequente emissão de 50.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, foi aprovado em 14 de janeiro de 2020.

6. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2020	2019
Serviços de terceiros (a)	1.997	1.394
Amortização	2.252	-
Outros	2.520	2.790
TOTAL	6.769	4.184

a) Serviços de terceiros

	2020	2019
Publicações legais	1.710	931
Outros	287	463
TOTAL	1.997	1.394

7. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2020	2019
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	326	915
Outras receitas financeiras	573	-
	899	915
Despesas financeiras		
Multas	-	(5)
Juros passivo de arrendamento	(7.786)	-
	(7.786)	(5)
Resultado financeiro	(6.887)	910

8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO	
	2020	2019	2020	2019
Controlador				
Cemig GT				
Não circulante				
Custeio de despesas (1)	27	27	-	-
Outras partes relacionadas				
Baguari Energia				
Circulante				
Ressarcimento de despesas	-	-	270	270

(1) Refere-se ao valor a receber de sua Controladora para cobrir despesas realizadas pela Companhia.

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como seguem:

	Nível	2020		2019	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	2	-	-	19.185	19.185
		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>19.185</u>	<u>19.185</u>
Passivos					
Custo amortizado (1)					
Fornecedores	2	(1.806)	(1.806)	(1.673)	(1.673)
Passivo de arrendamento	2	(76.577)	(76.577)		
		<u>(78.383)</u>	<u>(78.383)</u>	<u>(1.673)</u>	<u>(1.673)</u>

(1) Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2020 e 2019.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado ativo:** Preço cotado – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem mercado ativo:** Técnica de avaliação – Para um instrumento que não tenha mercado ativo, o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem mercado ativo:** Título patrimonial – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos

patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de liquidez

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em política de aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas, está apresentado abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	1.806	-	-	-	-	1.806
Passivo de arrendamento	831	1.662	7.484	39.909	199.546	249.432
TOTAL	2.637	1.662	7.484	39.909	199.546	251.238

10. ATAQUE CIBERNÉTICO

Em 25 de dezembro de 2020, a Companhia, bem como o grupo econômico em que está inserida, sofreu um ataque cibernético de *ransomware* que causou uma interrupção parcial e temporária de suas operações.

Nesse contexto, a Companhia fez investimentos significativos em privacidade, proteção e segurança da informação/cibernética, tanto em tecnologias quanto em processos e contratações de recursos especializados para as equipes. Como parte das ações, foram realizadas diligências para combater o acesso e eventual uso indevido de dados, incluindo investigações e auditorias dos sistemas de tecnologia da informação. Como resultado desses esforços, foram mitigados incidentes adicionais de uso indevido de dados ou outras atividades indesejáveis por terceiros.

Adicionalmente, foram realizadas auditoria e avaliação forense no ataque sofrido, não sendo identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Paulo Mota Henriques
Diretor-Presidente

Cibele Soares Dias dos Anjos
Diretora

Sérgio Teixeira de Castro
Diretor

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC – MG 47.822

Carolina Senna
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
CRC-MG 77.839

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Cemig Baguari Energia S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2020, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2021.

Belo Horizonte, 27 de abril de 2021.

Francisco Luiz Moreira Penna

Nelson Tamietti

Paulo Roberto de Brito Mosqueira